



ACESSIBILIDADE E RECURSOS VISUOESPACIAIS NA EaD PARA SURDOS: DIÁLOGOS ENTRE LEGISLAÇÃO E MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA

Ludmilla Rayanne Santos de Sousa | UEG | contatoprofessoraludmilla@gmail.com

Maria Aparecida Rodrigues da Fonseca | UFG | cidafonseca.rodrigues@gmail.com

Claudio Roberto Machado Benite | UFG | claudiobenite@ufg.br

Lidiane de Lemos Soares Pereira | IFG | Lidiane.pereira@ifg.br

GT 5: Diversidade, equidade e inclusão na EaD

Resumo:

A ampliação da Educação a Distância (EaD) tem promovido maior democratização do acesso à educação, porém ainda impõe desafios relacionados à acessibilidade pedagógica e comunicacional de estudantes surdos. Nesse contexto, objetivamos analisar o papel dos recursos visuoespaciais enquanto instrumentalidades de mediação pedagógica e construção do conhecimento para estudantes surdos na EaD, articulando-os aos desafios de acessibilidade e permanência acadêmica. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico e documental, fundamentada em marcos legais da educação inclusiva e bilíngue, bem como em produções científicas sobre educação de surdos, acessibilidade digital e recursos multimodais. Os resultados evidenciam que, embora a legislação assegure o direito à educação acessível, persistem barreiras metodológicas nos Ambientes Virtuais de Aprendizagem, frequentemente estruturados sob uma lógica textual e oralizada. Conclui-se que recursos visuoespaciais, como vídeos em Libras, imagens, animações e infográficos, favorecem práticas pedagógicas mais acessíveis, potencializando a mediação do conhecimento, a participação e a permanência de estudantes surdos na EaD.

Palavras-chave: Educação a Distância. Surdez. Mediação Pedagógica. Recursos Visuoespaciais. Libras.

1 Introdução: Educação Inclusiva e Legislação para Estudantes Surdos.

A educação inclusiva tem ampliado as discussões acerca da necessidade de garantir não apenas o acesso, mas também a permanência e a aprendizagem dos estudantes público-alvo da educação especial nos diferentes espaços educativos. Nesse contexto, torna-se fundamental que as práticas pedagógicas considerem as especificidades linguísticas e comunicacionais dos estudantes surdos, especialmente no que se refere à valorização de experiências visuais e ao uso de recursos acessíveis no processo de ensino e aprendizagem.

Com o avanço das tecnologias digitais, a expansão da EaD surge como um vetor de democratização do acesso à educação, permitindo o desenvolvimento de metodologias mais interativas. Entretanto, essa expansão impõe o desafio de transpor barreiras comunicacionais e pedagógicas nos ambientes virtuais de aprendizagem.

Para que a inclusão não se limite à garantia da vaga, mas se efetive na permanência e no sucesso acadêmico do estudante surdo, a flexibilidade da EaD precisa dialogar diretamente com políticas efetivas de acessibilidade.



No Brasil, a garantia desse direito é sustentada por um robusto arcabouço normativo que baliza a transição para uma perspectiva inclusiva e bilíngue. Esse percurso histórico e jurídico encontra sua base na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), ganhando contornos específicos com a oficialização da Língua Brasileira de Sinais pela Lei nº 10.436/2002 (Lei de Libras), sua regulamentação pelo Decreto nº 5.626/2005 e, mais recentemente, pela Lei Brasileira de Inclusão (LBI), que ratifica a obrigatoriedade de sistemas educacionais acessíveis.

Apesar da relevância dos marcos legais e da necessidade de recursos imagéticos para a aprendizagem da pessoa surda, ainda são escassos os estudos que discutam suas potencialidades práticas na EaD. Diante desse cenário, delinea-se o seguinte problema investigativo: de que maneira os recursos visuoespaciais, amparados pelos marcos legais da inclusão, podem ser articulados na EaD para superar as barreiras de acessibilidade digital e potencializar a mediação pedagógica de estudantes surdos?

Para responder a essa questão, estabelece-se como objetivo geral analisar o papel dos recursos visuoespaciais como imagens, vídeos em Libras, infográficos e animações, como instrumentalidades de mediação pedagógica e construção do conhecimento para estudantes surdos na EaD, identificando como se articulam aos desafios de acessibilidade e permanência.

2 Metodologia

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa embasada por Minayo (2009), caracterizada como uma revisão bibliográfica e documental de caráter exploratório. O *corpus* de análise foi constituído a partir do levantamento de fontes normativas nacionais, incluindo a Constituição Federal de 1988, a Lei de Libras, o Decreto nº 5.626/2005 e a LBI, e do mapeamento de produções científicas recentes voltadas especificamente para a educação de surdos na modalidade EaD e o uso de estratégias visuoespaciais em ambientes digitais. A análise do material coletado fundamentou-se na técnica de análise de conteúdo, buscando rastrear as convergências entre as exigências legais de acessibilidade digital e as possibilidades práticas de aplicação das metodologias visuais nos desenhos instrucionais virtuais dos processos educacionais a distância.

3 Desafios e Potencialidades da Acessibilidade na Educação a Distância para Estudantes Surdos.

A expansão vertiginosa da EaD, conforme Fonseca (2020;2025), impulsionada pela evolução das tecnologias digitais, tem sido amplamente apontada como um dos principais



vetores de democratização do acesso à educação superior, rompendo barreiras geográficas e temporais. Conforme a autora, “[...] nos últimos dez anos, a EaD registrou um crescimento expressivo de 325,9% [...], evidenciando sua consolidação como estratégia predominante de expansão da educação superior no país” (Fonseca, 2025, p.39).

No entanto, ao transpor essa realidade para o universo de estudantes surdos, verificamos que a democratização do ingresso, embora impulsionada por marcos legais, não tem se traduzido efetivamente em equidade de permanência, persistindo barreiras de recursos didáticos adequados e falhas na acessibilidade atitudinal das instituições (Araújo, 2022).

Isso ocorre porque o design instrucional da maioria dos Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVAs) reproduz barreiras metodológicas e pedagógicas de caráter marcadamente fonocêntrico. Ao priorizar excessivamente o texto escrito e as produções sonoras, como os podcasts, sem a devida ancoragem visual, as plataformas digitais e as práticas docentes acabam por desconsiderar a singularidade linguística e a experiência visual do sujeito surdo (Araújo, 2022). Essa primazia do código alfabético e do áudio na EaD ignora que a Língua Brasileira de Sinais (Libras) possui uma estrutura gramatical própria, cuja lógica de processamento é espaço-visual e não linear-auditiva.

Quando o ecossistema virtual limita sua acessibilidade à mera presença de ferramentas de tradução automática ou a janelas de intérprete que ignoram a fluidez comunicativa, o desenho pedagógico falha em promover o bilinguismo funcional. Cria-se, assim conforme Fonseca (2020), um cenário de exclusão velada: o estudante possui o acesso técnico, mas enfrenta um obstáculo cognitivo ao tentar decodificar materiais que desconsideram sua experiência visual e sua singularidade linguística (Perlin; Strobel, 2014; Quadros, 2004).

A partir das ideias de Araújo (2022), compreende-se que o papel emancipatório da EaD depende de superar a acessibilidade superficial e reativa. É preciso que o design instrucional seja intencional, utilizando recursos visuoespaciais interativos para promover uma mediação de conteúdo muito mais dinâmica, envolvente e eficaz.

Assim, problematizar a efetiva acessibilidade na EaD exige superar a visão puramente instrumental da tecnologia, compreendendo que a permanência e o sucesso acadêmico do estudante dependem de uma arquitetura pedagógica que reconfigure os espaços virtuais a partir de metodologias pensadas por e para uma experiência visual de aprendizagem.

4 Recursos Visuoespaciais como Instrumentalidades de Mediação Pedagógica para Surdos.



Com base nas concepções de Vygotsky (2005), compreende-se que a aprendizagem ocorre por meio das interações sociais e da mediação realizada pela linguagem, pelos signos e pela atribuição de significados, elementos fundamentais para o desenvolvimento cognitivo. No contexto da educação de estudantes surdos, essa mediação precisa considerar as especificidades linguísticas da Língua Brasileira de Sinais, principal meio de comunicação e construção do conhecimento desse público (Carvalho; Lacerda, 2013).

Nesse sentido, os recursos visuoespaciais assumem papel central na mediação pedagógica, uma vez que favorecem a compreensão de conceitos e ampliam as possibilidades de interação com os conteúdos. Recursos digitais, como slides interativos, animações; audiovisuais, como vídeos curtos e videoaulas em Libras; e materiais estáticos e lúdicos, como imagens contextualizadas, gráficos e jogos educativos, potencializam a assimilação dos conteúdos e fortalecem a memória visual do estudante surdo.

Além disso, tais estratégias dialogam com a perspectiva dos multiletramentos ao integrarem diferentes linguagens, verbal, visual, corporal e audiovisual tornando o processo de ensino e aprendizagem mais acessível, significativo e alinhado às experiências visuais dos estudantes surdos. Conforme Skliar (2004), a valorização da cultura surda e de suas formas próprias de significação também contribui para maior engajamento e participação no processo educativo.

5 Considerações finais

A partir das discussões realizadas, compreende-se que a efetivação da inclusão de estudantes surdos na Educação a Distância ultrapassa a garantia formal de acesso, exigindo condições concretas de acessibilidade pedagógica e comunicacional. O estudo evidenciou que, embora os marcos legais assegurem o direito à educação bilíngue e inclusiva, ainda persistem desafios relacionados às barreiras metodológicas presentes nos Ambientes Virtuais de Aprendizagem, frequentemente estruturados sob uma lógica predominantemente textual e oralizada.

Nesse cenário, os recursos visuoespaciais mostraram-se fundamentais enquanto instrumentalidades de mediação pedagógica, favorecendo a construção de significados, a interação com os conteúdos e a ampliação das possibilidades de aprendizagem do estudante surdo. Recursos como vídeos em Libras, imagens, animações, infográficos e outros elementos multimodais contribuem para práticas pedagógicas mais acessíveis e alinhadas às especificidades linguísticas e culturais desse público.



Conclui-se, portanto, que a promoção de uma EaD efetivamente inclusiva requer a incorporação intencional de metodologias visuoespaciais nos desenhos instrucionais, reconhecendo a experiência visual do estudante surdo como elemento central na construção do conhecimento e na permanência acadêmica.

Referências

ARAÚJO, L. da S. Educação de surdos na EAD: avanços impulsionados pela legislação e desafios a serem superados para se promover uma formação de qualidade: Educação de surdos na EAD: avanços legislativos e desafios a serem superados para promover uma formação de qualidade. **Revista Brasileira de Desenvolvimento**, [S. l.] , v. 12, pág. 80916–80928, 2022. DOI: 10.34117/bjdv8n12-270. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/55793>. Acesso em: 31 maio. 2026.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 25 abr. 2002.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

CARVALHO, A. G.; LACERDA, C. B. F.; SANTOS, L. F. **Tenho um aluno surdo, e agora? Introdução à Libras e educação de surdos**. São Carlos: EdUFSCar, 2013.

FONSECA, Maria Aparecida Rodrigues da. **Qualidade da educação superior e a distância no Brasil: entre o revelado e o velado**. 304 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/teseserver/api/core/bitstreams/842b3879-f8c7-4ca3-a483-25e33a946c7d/content>. Acesso em 25 maio 2026.

FONSECA, Maria Aparecida Rodrigues da. **Qualidade da formação inicial do pedagogo a distância: convergências, divergências e relações de poder**. 2026. 352 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2025. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/15396>. Acesso em 25 maio 2026.

PERLIN, Gladis.; STROBEL, Karin Lilian. História cultural dos surdos: desafio contemporâneo. **Educar em Revista**, Curitiba: Editora UFPR. Edição Especial n. 2, 2014. p. 17-31. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/er/nspe-2/03.pdf>. Acesso em: 25 maio 2026.

QUADROS, Ronice Müller de. **O tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais língua Portuguesa**. Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. Brasília: MEC; SEESP. 2004. 94 p.

SKLIAR, Carlos. **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2004.

VIGOTSKY, Lev Semenovich. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2005